



Documento de Trabalho

25/11/2004 - Desenvolvimento e Conflitosp.01

Escrito pelo professor Olympio Barbanti Jr, este trabalho visa a discussão sobre a relação entre desenvolvimento e conflitos. Embora sejam temas intimamente ligados, existe pouca relação entre estudos e práticas de intervenção nas áreas temáticas de desenvolvimento e de conflitos. Até que ponto os padrões de comércio internacional estão ligados a conflitos armados intra-estatais? Até que ponto a intervenção de organismos internacionais na promoção de atividades de desenvolvimento local pode gerar confrontos com elites estabelecidas? É possível lidar com estas situações, planejando a promoção do desenvolvimento e a gestão de conflitos de interesse entre grupos sociais de forma integrada? Este artigo argumenta que a união desses dois campos de conhecimento é fundamental, e analisa o fato de que o desenho do programa “Objetivos do Milênio”, das Nações Unidas, falha ao não levar em ampla consideração a união entre essas duas áreas temáticas.

Análise

02/12/2004 - Protocolo de Kyoto entra em vigor.....p.05

Com a ratificação do Protocolo de Kyoto pela Rússia, alcança-se o número de ratificações necessário para que o acordo entre em vigor, o que tem implicações políticas e econômicas para os Estados.

Resenhas

02/12/2004 - Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosulp.07

Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul discute a integração física e o aprofundamento da união no bloco. Também será aberto um diálogo do Mercosul com outros países. Além disso, a presidência Pro Tempore será passada ao Paraguai.

02/12/2004 - Ucrânia: entre a Rússia e o Ocidentep.10

Com suspeitas de fraudes nas eleições presidenciais, a população ucraniana se divide entre aqueles que apoiam o candidato vencedor, Viktor Yanukovich, da situação e apoiado pela Rússia e aqueles que apoiam o candidato da oposição, Viktor Yushchenko, apoiado pelos países do Ocidente.

03/12/2004 - Divergências nas declarações da AIEA e do Brasil acerca do Acordo sobre Usina de Resendep.12

Os impasses entre o governo brasileiro e a AIEA sobre enriquecimento de urânio em

Resende parecem ainda não ter chegado ao fim, apesar da declaração do ministro Eduardo Campos de que a Agência haveria aprovado o funcionamento da planta nuclear.

Desenvolvimento e Conflitos

Documento de Trabalho
Desenvolvimento/Integração Regional

Prof. Olympio Barbanti Jr.
25 de novembro de 2004

Escrito pelo professor Olympio Barbanti Jr, este trabalho visa a discussão sobre a relação entre desenvolvimento e conflitos. Embora sejam temas intimamente ligados, existe pouca relação entre estudos e práticas de intervenção nas áreas temáticas de desenvolvimento e de conflitos. Até que ponto os padrões de comércio internacional estão ligados a conflitos armados intra-estatais? Até que ponto a intervenção de organismos internacionais na promoção de atividades de desenvolvimento local pode gerar confrontos com elites estabelecidas? É possível lidar com estas situações, planejando a promoção do desenvolvimento e a gestão de conflitos de interesse entre grupos sociais de forma integrada? Este artigo argumenta que a união desses dois campos de conhecimento é fundamental, e analisa o fato de que o desenho do programa “Objetivos do Milênio”, das Nações Unidas, falha ao não levar em ampla consideração a união entre essas duas áreas temáticas.

O campo de estudos e prática em desenvolvimento é essencialmente interdisciplinar. Refere-se a questões de natureza macro, como padrões de desenvolvimento econômico internacional, tanto quanto se referem a questões de níveis meso e micro, como desenvolvimento regional e social local, respectivamente. Em todos os casos, a análise do desenvolvimento deve considerar inúmeras variáveis, como questões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e de gênero, entre outras. Uma visita ao web site do Banco Mundial, por exemplo, permite visualizar os diversos tópicos em desenvolvimento¹.

O surgimento do conceito de desenvolvimento, aplicado a sociedades humanas, surge dos países colonizadores que naquela época procuravam fazer as precárias condições socioeconômicas dos colonizados tornarem-se mais semelhantes àquelas consideradas por eles corretas e civilizadas. Para isso, procuravam transferir para as colônias o

seu modelo de organização social, de sistema político, de operação da economia, e de criação e manifestação cultural.

Esta visão de transferência de um modelo transcendeu a época colonial e ganhou ênfase no pós Segunda Guerra Mundial, conforme ilustrado no discurso de posse de Harry S. Truman², no qual o novo presidente americano disse:

Nós temos que dar início a um amplo programa capaz de tornar disponíveis os benefícios de nossas descobertas científicas e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento de regiões subdesenvolvidas. O velho imperialismo a exploração para lucro do colonizador não possui lugar nos nossos planos. O que temos em mente é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de relações justas e democráticas³.

Em seu discurso, Truman introduziu no cenário político, pela primeira vez, o conceito de subdesenvolvimento, e apontou, de forma clara, a saída desta situação: transferência de conhecimento

científico e técnica (knowm how) industrial. Até a metade dos anos 80, a ação de agências de ajuda ao desenvolvimento foi marcada por práticas de transferência, associados a interesses geopolíticos do período da Guerra Fria. Assim trabalharam a USAID (EUA), a ODI (hoje DFID, britânica), a GTZ (alemã), a JICA (japonesa) e várias outras.

Críticas ao Modelo

Inúmeros estudos críticos apontaram problemas com o modelo de transferência como sendo suficiente para a promoção de desenvolvimento. Uma das primeiras críticas surgiu no Brasil com o trabalho de Paulo Freire⁴, para quem a transferência de conhecimento criava dependência e mantinha a dominação da elite sobre o pobre. Assim, Freire propôs uma nova pedagogia libertadora⁵. A “Pedagogia do Oprimido” viria a servir de base para o conceito de empoderamento, hoje incorporada pelo discurso liberal⁶ e amplamente utilizado por organismos internacionais de desenvolvimento.

Analistas mais adstringentes do discurso do desenvolvimento, como Crush⁷ e Escobar⁸, reformam a crítica da transferência de conhecimento, que normalmente implica numa relação de dependência do ‘sul’ em relação ao ‘norte’, e adicionam severas censuras à atuação de organismos internacionais. Para os autores, o Banco Mundial e agências de ajuda ao desenvolvimento mantêm um relacionamento autoritário com os países e populações beneficiárias da ajuda. Esses organismos agiriam de forma a impor seus conhecimentos (seus enfoques teóricos e métodos), causando maior dependência ao mesmo tempo em que evitariam entrar em um debate sobre as relações de poder envolvidas na ajuda ao desenvolvimento.

As críticas de Crush e Escobar, dentre outros autores, têm sido contestadas, principalmente por órgãos governamentais, com a argumentação de

que, em inúmeros casos, é justamente a ajuda ao desenvolvimento que reduz a pobreza e a degradação ambiental, como também combate agressões aos direitos humanos em países que pouco atuam, e muita vista grossa fazem nesses campos.

Esse debate, no entanto, tem ignorado a relação entre desenvolvimento e conflitos em duas dimensões. Primeiramente, as intervenções para o desenvolvimento se dão num ambiente social no qual já existem inúmeros conflitos. Em segundo lugar, organismos internacionais não consideram que a implementação de seus projetos de cooperação pode gerar novos conflitos. Cabe esclarecer que as intervenções das quais aqui se fala podem ser tão variadas quanto os tópicos de desenvolvimento citados no endereço eletrônico do Banco Mundial.

Gestão de Conflitos

Desenvolveu-se nos últimos vinte anos, especialmente nos Estados Unidos, a área de conhecimento em estudos de conflito, ou *conflict resolution*. Da mesma forma que na área de estudos de desenvolvimento, a área de conflitos parte de um referencial multidisciplinar para investigar a natureza de conflitos inter e intra-estatais, bem como da relação entre eles. Argumenta-se que a natureza multifacetada dinâmica de conflitos precisa ser analisada por diversos campos do conhecimento. O resultado é menos uma teoria geral sobre conflitos, e mais um enfoque que agrega contribuições da Sociologia, Economia, Ciência Política, Psicologia Social, Comunicação, entre outras áreas do conhecimento é algo que alguns autores, como Peter Wallensteen, classificam como “teoria multidisciplinar”⁹. Embora falte a este enfoque uma estrutura teórica rigorosa, o mesmo tem se mostrado extremamente efetivo como suporte para o desenho e implementação de estratégias de intervenção em conflitos¹⁰. Isto porque desigualdades entre grupos/classes

sociais são de fundamental importância para a compreensão de conflitos, mas tal situação não é desvinculada de dimensões psicológicas que afetam as partes envolvidas, por exemplo.

O argumento central dos vários autores de *conflict resolution* está baseado na crença de que é possível intervir de forma a reduzir os níveis de conflito, ou mesmo encerrar o conflito existente. As intervenções para o fim do *apartheid* na África do Sul, a negociação para a superação do impasse político na Venezuela de Chaves, as negociações para a democratização da Guatemala, são exemplos de ocasiões nas quais negociadores experientes, como aqueles do Carter Center¹¹, fizeram uso das teorias e técnicas de gestão de conflitos.

Desenvolvimento e Conflitos

Se, de um lado estudos e práticas de desenvolvimento têm sub-avaliado a dimensão de conflitos existentes e latentes nas sociedades beneficiárias da ajuda internacional, de outro, estudos e práticas no campo das Relações Internacionais têm sido marcados por três principais tendências. A primeira refere-se a concentrar sua atenção em eventos interestatais. A segunda, a focalizar eventos intra-estatais quando eles atingem níveis de violência física que se assemelham a uma guerra e/ou atingem os direitos humanos de grupos sociais. A terceira, a de analisar o tema de desenvolvimento a partir do referencial teórico da Economia Política, o que é fator necessário, mas não suficiente, para se compreender a diversidade de situações-problema ilustradas nos tópicos em desenvolvimento do Banco Mundial, por exemplo.

Por isso, as Relações Internacionais (RIs) não possuem instrumental teórico e metodológico adequado para analisar e propor intervenções de forma adequada para organismos internacionais que

trabalham com desenvolvimento, e que são responsáveis pela maior parte da agenda internacional para com os países ditos em desenvolvimento. Um exemplo desta falha está no desenho e na implementação dos Objetivos do Milênio¹². Trata-se de um conjunto de oito objetivos estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2000, com vistas a obter resultados palpáveis na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida nos países em desenvolvimento até 2015.

Entretanto, o relatório das Nações Unidas sobre os Objetivos do Milênio¹³ faz referência apenas à relação entre conflitos armados e desenvolvimento. Deixa sem análise o fato de que conflitos não necessariamente violentos, envolvendo disputas de poder ou atritos de identidade, por exemplo, podem barrar a implementação de projetos destinados a promover a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida, entre outros objetivos. O mesmo ocorre com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, do PNUD, que aborda os Objetivos do Milênio.

Isso acontece devido a dois fatores. O primeiro, já identificado, tem raízes na dimensão de transferência associada ao desenvolvimento. Subentende-se que o processo de desenvolvimento transforma sociedades, as torna mais civilizadas e, portanto, menos conflituosas. Desta forma, a solução, ou ao menos o bom equacionamento de conflitos viria como resultado natural das próprias intervenções para o desenvolvimento. É de fato verdade que sociedades com PIB (Produto Interno Bruto) mais elevado e melhor distribuição têm níveis menores de conflito. A questão, no entanto, é saber se a transferência de um modelo de desenvolvimento que, em geral, vem acompanhado da imposição de formas de organização institucional, é conducente da paz. A situação do Iraque pós-queda de Saddam Hussein é um exemplo deste

questionamento.

O segundo fator refere-se ao entendimento de que o sofrimento humano em situações de conflito armado está diretamente relacionado à própria batalha. No entanto, um estudo recente, conduzido pelo Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Oxford¹⁴, indica algo diferente. O estudo, centrado na economia política da guerra, analisou os conflitos armados ocorridos em Moçambique, no Sudão, na Libéria, em Sri Lanka e na Nicarágua. Segundo a pesquisa, a maior parte do sofrimento (que afeta a qualidade de vida) é devido aos efeitos indiretos da guerra na economia e na sociedade, e não devido à batalha em si.

No entanto, para se lidar com os efeitos indiretos da guerra, como de outras situações relacionadas à falta de desenvolvimento, deve-se prever formas de intervenção em conflitos de interesse, violentos ou não, que façam uso adequado da teoria e dos instrumentos disponíveis para que se possa atingir um desenvolvimento de fato estável e duradouro.

Referência

¹ Veja no site: <http://www.worldbank.org/html/extdr/thematic.htm>

² TRUMAN, Harry S. (1967). ?Inaugural Address, January 20, 1949?, em Documents on American Foreign Relations Connecticut: Princeton University Press.

³ We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. The old imperialism exploitation for foreign profit has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair dealing.

⁴ FREIRE, Paulo (1971). Extensão ou Comunicação?

Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

⁵ FREIRE, Paulo (1985). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

⁶ FRIEDMAN, John (1992) Empowerment: The Politics of Alternative Development. Cambridge, MA: Blackwell.

⁷ CRUSH, Jonathan (1995). Power of Development. London: Routledge.

⁸ ESCOBAR, Arturo (1995). Encountering Development. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

⁹ WALLENSTEEN, Peter. (2002) Understanding Conflict Resolution: war, peace and the global system. 1st ed. London: SAGE Publications.

¹⁰ KRIESBERG, Louis (1998) Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution. Rowman & Littlefield: Oxford.

¹¹ Veja <http://www.cartercenter.org/>

¹² Veja <http://www.un.org/millenniumgoals/>

¹³ UNITED NATIONS (2003) General Assembly ? Fifty-Eight Session ? Implementation of the United Nations Millennium Declaration ? Report of the Secretary General. New York: United Nations.

¹⁴ <http://www2.qeh.ox.ac.uk/>, acessado em 23 de novembro de 2004.

Protocolo de Kyoto entra em vigor

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Bárbara Gomes Lamas
02 de dezembro de 2004

Com a ratificação do Protocolo de Kyoto pela Rússia, alcança-se o número de ratificações necessário para que o acordo entre em vigor, o que tem implicações políticas e econômicas para os Estados.

O Protocolo de Kyoto foi ratificado pelas Câmaras baixa e alta do parlamento russo em outubro, assinado pelo presidente russo Vladimir Putin no começo de novembro. Com isso, atingiu-se o número de ratificações necessárias para que o acordo entre em vigor: 55 países que representem 55% do total de emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa (principalmente dióxido de carbono liberado pela queima de óleo mineral, carvão e gás), excetuando-se os países em desenvolvimento. Isto é, o Protocolo passará a ter efeito 90 dias depois - dia 16 de fevereiro de 2005, mais especificamente - em 126 países, incluindo a maior parte do mundo industrializado, com exceção dos EUA, China, Índia e Austrália.

A decisão do governo russo de ratificar o protocolo foi claramente uma medida política na direção de uma aproximação da Rússia com a União Européia, que está tentando assumir a liderança mundial nesta área, aproveitando-se do que muitos chamam de "insensibilidade ecológica" dos Estados Unidos. Em troca, a Europa faria uma série de concessões, incluindo a redução da pressão sobre a Rússia para aumentar os preços da energia doméstica, a redução das críticas acerca da política russa em relação à Tchetchênia e, ainda, o apoio da União Européia ao ingresso da Rússia na [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), o que permitiria maior

acesso dos produtos russos ao mercado internacional.

O Protocolo de Kyoto estabelece metas de controle dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Conforme acordado nesta cidade, em dezembro de 1997, os países desenvolvidos devem reduzir as emissões desses gases em pelo menos 5,2%, em relação aos níveis registrados em 1990, entre o período de 2008 a 2012. Para tanto, serão necessárias diversas adaptações que podem ser bastante custosas aos países que ratificaram o acordo e às empresas que neles se instalarem. Tais custos incluem desde investimento em tecnologia limpa, substitutiva das fontes de energia fóssil, até a substituição de equipamentos ainda em condição de uso, mas que emitem gases que contribuam para o efeito estufa. Isto pode levar anos até que seja totalmente concluída a substituição.

Os custos de adaptação da Rússia ao Protocolo seriam, em termos práticos, relativamente baixos, na medida em que as emissões russas de gases poluentes, que em 1990 representavam 17% das emissões totais, hoje estão bastante abaixo deste nível, devido ao desmantelamento de sua base industrial. Os demais países, no entanto, teriam que fazer um esforço concertado para que as obrigações estabelecidas pelo Protocolo sejam atendidas, o que implicaria custos políticos e financeiros: leis devem ser criadas para punir aqueles que não se

adaptarem ao novo regulamento, aumentaria a pressão para que as indústrias invistam em pesquisa de fontes alternativas de energia e de redução de emissão de poluentes, e, em um momento mais imediato, a compra de crédito de carbono daqueles que não atingirem suas cotas (como a Rússia) demandará recursos.

A crítica mais comum que se faz ao acordo diz respeito a sua efetividade, ou seja, como fazer com que as determinações do acordo sejam seguidas, na medida em que ainda não existe prevista nenhuma forma de sanção para os que não cumprirem com suas obrigações, além do constrangimento moral. Schelling (2002) apresenta dois casos de regimes que não previam nenhuma autoridade coerciva, mas cujos benefícios e custos puderam ser divididos: 1) a divisão da ajuda do Plano Marshall e 2) a OTAN. Nenhum dos regimes produziu fórmulas que pudessem ser imitadas; não foram nada mais do que um “procedimento civilizado de argumentação”, como afirmou Schelling. E nada impede que o Protocolo de Kyoto se torne o terceiro caso em que haja cooperação entre os países, sem nenhuma forma de sanção, quando há tantos riscos econômicos envolvidos.

Outra solução possível (e pretendida por alguns países) seria a vinculação do Protocolo à OMC, que tem um órgão de solução de controvérsias e um sistema de sanções bastante desenvolvido. Esta organização desempenharia o papel de aplicação das sanções àqueles que não cumprissem com as obrigações estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto ou àqueles que não aderissem a ele, de forma que não poderiam gozar de nenhuma vantagem comercial por não aderir às normas internacionais. Com isso, aumentar-se-ia a pressão sobre os países industrializados que ainda não o ratificaram, sobretudo Estados Unidos e Austrália, para que eles também adotem o acordo, como uma forma de uniformizar

os custos. Assim, na falta de cooperação entre os Estados – o que parece estar acontecendo atualmente – o vínculo com uma organização capaz de aplicar sanção seria a alternativa mais plausível de engajamento dos Estados que assinaram e ratificaram o Protocolo de Kyoto, de maneira que se atingissem o objetivo proposto, qual seja, a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera.

Referência

McKIBBIN, Warwick J. & WILCOXEN, Peter J. Estimates of the costs of Kyoto-Marrakesh versus the McKibbin-Wilcoxen blueprint. Brookings Discussion Papers in International Economics, n°159, fevereiro/2004.

SHELLING, Thomas C. What makes greenhouse sense?: Time to rethink the Kyoto Protocol. Foreign Affairs, vol.81, n°3, pp.02-09.

[BBC](#)

[CNN](#)

[Folha de São Paulo](#)

[New York Times](#)

[Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#)

[Stratfort](#)

Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul

Resenha
Desenvolvimento / Economia e Comércio / Integração Regional

Wesley Robert Pereira
02 de dezembro de 2004

Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul discute a integração física e o aprofundamento da união no bloco. Também será aberto um diálogo do Mercosul com outros países. Além disso, a presidência *Pro Tempore* será passada ao Paraguai.

Nos dias 15 e 16 de dezembro de 2004, ocorrerá em Belo Horizonte a 27ª Reunião Ordinária do Conselho Mercado Comum (CMC) enquanto que no dia 17, em Ouro Preto, doze chefes de Estados irão comemorar os dez anos do Protocolo de Ouro Preto. Nesse protocolo ficou confirmado a personalidade jurídica do Mercosul, o que faz com que os seus quatro membros plenos (a saber, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) passem a atuar como um interlocutor único no diálogo com outros países e blocos. Também ficou estabelecido, no mesmo protocolo, a criação da união aduaneira.

Além dos seus quatro membros partes, o Mercado Comum do Sul conta como membros associados a Bolívia, o Chile e o Peru. A reunião em dezembro terá, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a presença dos presidentes desses sete países mais da Venezuela, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname, além dos ministros da Índia e África do Sul, países com os quais o Mercosul pretende negociar tratados de livre comércio.

O Mercosul é um bloco que está situado em processo de busca por uma união aduaneira. Isso porque nesse bloco há

salvaguardas de seus Estados membros configurando numa situação em que os chefes de governos dos mesmos o classificam como uma união aduaneira imperfeita. O Mercosul, mesmo sendo uma união aduaneira imperfeita, está além das duas situações clássicas de integração econômica: zona de preferências tarifárias e zona de livre comércio. O objetivo final é alcançar o status de mercado comum (a quarta situação). Duas instituições centrais do Mercosul, criadas pelo Tratado de Assunção em 1991, são o Grupo Mercado Comum (GMC) e o Conselho do Mercado Comum (CMC). O primeiro assumindo o papel de órgão executivo enquanto que o segundo representa o corpo decisório do bloco.

É a essa segunda instituição que o encontro de Belo Horizonte tratará de discutir. O CMC é órgão superior no Mercosul e conduz a política de seu processo de integração, portanto a presidência do Mercosul é exercida por esse corpo burocrático. Atualmente sua presidência *Pro Tempore* é executada pelo Brasil em sistema de rotação com seus outros quatro integrantes. Na 27ª reunião de cúpula em Belo Horizonte, o Brasil entregará a presidência temporária ao Paraguai. Além dessa transferência de

comando, também está marcado, segundo o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, a estréia da Venezuela no bloco como membro associado. O México também negocia sua associação ao bloco sul americano desde 2002, enquanto que Colômbia e Equador iniciaram as negociações em dezembro de 2003.

A Venezuela pediu formalmente sua adesão ao bloco para dar um impulso forte ao processo de integração na América Latina e, assim, pretendendo acelerar a aproximação da Comunidade Andina com o Mercosul.

Para o Brasil, o Mercosul representa o mais importante projeto de política externa. Maior membro do bloco, o Brasil saiu da crise de 1998 tendo que desvalorizar sua moeda o que gerou sérios problemas com seus sócios, sobretudo com a Argentina. A Argentina, diante da situação provocada pela ação brasileira, passou a tomar medidas unilaterais para sair da sua crise enfrentada em 2001/2002. Essas ações políticas têm provocado mal-estar no Mercosul. Atualmente, o país quer avançar na coordenação macroeconômica e fortalecer o mecanismo de solução de controvérsias, o que já foi feito pela criação do Tribunal Permanente de Revisão do bloco em agosto desse ano com regras definidas no *Protocolo de Olivos*.

O Paraguai tem sentido os efeitos das crises brasileira e argentina de 1998 e 2001, respectivamente. O governo paraguaio é pressionado pelos vários setores de sua sociedade para se retirar do bloco. O país defende sua permanência e busca promover a integração energética dentro do Mercosul. O Uruguai sente as medidas econômicas adotadas unilateralmente pelo Brasil e pela Argentina e tem se expressado abertamente seu descontentamento com ambos os países. Com o recém-eleito presidente do Uruguai, o socialista Tabaré Vasquez, as perspectivas do aprofundamento da integração no Mercosul parecem tomar

novo rumo. Uma política central defendida por seu futuro governo é o fortalecimento do bloco e o estreitamento das relações políticas e econômicas com os governos do Brasil e Argentina.

Sendo o país mais pobre da América do Sul, a Bolívia também passou pelos tormentos das crises argentina-brasileira. Esse país é membro parte da Comunidade Andina e membro associado do Mercosul e procura o aprofundamento da integração entre estes dois blocos. Também busca mecanismos que lhe permita equilibrar sua balança comercial com o Mercosul. Já o Chile teve sua aproximação com Mercosul estagnada desde que iniciou negociações com os Estados Unidos e a União Européia. O governo chileno afirma a validade do bloco como tentativa sul americana de integração e os representantes chilenos tentam contornar a estagnação das negociações com o Mercosul.

Referência

Sites:

- Agência de Notícias da Assembléia Gaúcha -
<http://www.al.rs.gov.br/ag/NOTICIAS/>
- BBC Mundo: Especial Mercosul -
<http://www.bbc.co.uk/spanish/especiales/mercursos/intro.stm>
- Jornal do Brasil -
<http://jbonline.terra.com.br/>
- Jornal O Tempo -
<http://www.otempo.com.br/>
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil -
<http://www.mre.gov.br/>
- Página do Governo do Brasil sobre o Mercosul -
<http://www.mercosul.gov.br/textos/>
- Portal Ouro Preto -
<http://www.ouopreto.com.br/>
- Seminário - Uma década do Protocolo de Ouro Preto: O Futuro do Mercosul, 02 de dezembro de 2004.

Ver também:

- 13/12/2004 - [Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações](#)
- 14/12/2004 - [A arquitetura institucional do Mercosul no marco dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto](#)
- 04/03/2005 - [O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul](#)
- 15/04/2005 - [Equador e o equilíbrio regional](#)
- 01/06/2005 - [Argentina, Brasil e Venezuela prevêm criação do Petrosul](#)

Ucrânia: entre a Rússia e o Ocidente

Resenha
Segurança

Bernardo Hoffman Versieux
02 de dezembro de 2004

Com suspeitas de fraudes nas eleições presidenciais, a população ucraniana se divide entre aqueles que apoiam o candidato vencedor, Viktor Yanukovych, da situação e apoiado pela Rússia e aqueles que apoiam o candidato da oposição, Viktor Yushchenko, apoiado pelos países do Ocidente.

Logo após a divulgação do resultado do segundo turno das eleições presidenciais no dia 21/11/2004, Viktor Yanukovych comemorava sua vitória e a manutenção do seu partido a frente do governo por mais um mandato e, internacionalmente, a Rússia já declarava seu apoio a Yanukovych e exaltava a relação de amizade e cooperação entre os dois países.

Enquanto isso, o candidato da oposição Viktor Yushchenko, derrotado, insuflou a população a sair às ruas para contestar o resultado das eleições, afirmando a existência de fraudes no processo eleitoral. Grande parte da população da capital, Kiev, se mobilizou e organizou protestos em frente aos prédios públicos. Observadores internacionais, principalmente da União Européia, afirmaram ter havido a presença de poucas práticas democráticas durante as eleições e alta possibilidade de terem havido fraudes nas mesmas.

A partir deste contexto, a Ucrânia dividiu-se internamente entre os defensores de cada candidato, manifestações surgiram em todo país e a instabilidade política tornou-se latente. No leste, estão aqueles que apoiam Yanukovych, onde grande parte da população é etnicamente russa e pró-Moscou. No oeste, estão aqueles que

apoiam Yushchenko, onde a maioria da população tem por objetivo político e econômico o estreitamento dos laços com a União Européia e com a OTAN. Apesar do caráter não violento dos protestos, especialistas internacionais afirmam que a tendência é o acirramento entre os dois grupos no decorrer do tempo, com a possibilidade do acontecimento de uma guerra civil e perda da integridade territorial.

No plano internacional, os países do Ocidente pronunciaram contra o processo eleitoral ucraniano, considerando-o irregular e demandaram a ocorrência de novas eleições presidenciais, alegando que somente através de um processo político transparente é que a democracia poderá se estabelecer na Ucrânia. Já a Rússia não reconheceu falhas no sistema eleitoral ucraniano e disse que as questões a cerca das eleições devem ser tratadas pelo sistema judiciário do país, sem a interferência de influências internacionais.

Nesse processo, ambos candidatos procuravam influenciar nas decisões do Parlamento. Yanukovych tentou a aprovação dos resultados das eleições presidenciais como legítimos e aceitava apenas a recontagem dos votos. Já Yushchenko não aceitava outra posição senão a realização de novas eleições, o que provocou um impasse maior sobre a

questão.

Por causa dessas pressões, o Parlamento ucraniano declarou estar movimentando-se em busca de estabelecer um destino político para o país que seja equivalente às aspirações do povo. O que culminou na tentativa exoneração de Yanukovych do cargo de Primeiro Ministro do atual governo no dia 1 de dezembro, pelo motivo de que, através do cargo de Primeiro Ministro, Yanukovych poderia influenciar no resultado do impasse político. Mas essa tentativa não se concretizou visto seu caráter inconstitucional. Já na Suprema Corte de Justiça deu-se início a um processo de apuração das denúncias sobre as fraudes nas eleições presidenciais.

Após esses fatos, a estabilidade política se fragilizou ainda mais, com trocas abertas de acusações entre os candidatos e com manifestações populares cada vez mais exaltadas.

Dessa forma, Yanukovych e Yushchenko tomaram medidas em conjunto a fim de contribuir para a manutenção da ordem. Eles estabeleceram uma trégua política entre ambos os partidos até o resultado final das investigações da Suprema Corte, que irá comprovar definitivamente a validade das eleições presidenciais e pediram essa mesma atitude aos seus manifestantes nos protestos populares.

No dia 2 de dezembro, o atual Presidente, Leonid Kuchma, viajou para a Rússia com o propósito de se aconselhar sobre quais medidas devem ser adotadas na atual conjuntura do país. A aproximação com a Rússia não é repentina, Vladimir Putin, Primeiro Ministro russo, já havia visitado o país duas vezes durante as campanhas eleitorais em favor de Yanukovych. O resultado desse encontro foi o apoio da Rússia a não realização de novas eleições presidenciais, o que reforça a política do partido da situação.

Especialistas internacionais do Ocidente vêem essa influência russa com cautela, mas muitos acreditam que poucas ex-

repúblicas soviéticas conseguiram se livrar da influência russa desde o fim da União Soviética em 1991, o que não seria o caso da Ucrânia.

Todas as partes envolvidas no contexto esperam pela decisão da suprema corte, mas especialistas internacionais acreditam que, qualquer que seja o resultado, a instabilidade política será grande, através de grandes protestos populares e da não aceitação do veredicto pelo partido perdedor. Por isso, a questão tornou-se de maior relevância internacional, com a presença cada vez mais intensa do Ocidente e da Rússia

Referência

Sites

BBC -

<http://www.bbcnews.co.uk>

CNN -

<http://www.cnn.com>

Folha de São Paulo Online -

<http://www.folhaonline.com.br>

The Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

Divergências nas declarações da AIEA e do Brasil acerca do Acordo sobre Usina de Resende

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Jéssica Naime
03 de dezembro de 2004

Os impasses entre o governo brasileiro e a AIEA sobre enriquecimento de urânio em Resende parecem ainda não ter chegado ao fim, apesar da declaração do ministro Eduardo Campos de que a Agência haveria aprovado o funcionamento da planta nuclear.

No dia 24 de novembro, o ministro brasileiro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, declarou que a [AIEA](#) (Agência Internacional de Energia Atômica), após visita de seus técnicos à Usina Nuclear de Resende (RJ) entre os dias 16 e 18 de novembro, havia aprovado o programa de enriquecimento de urânio brasileiro. Entretanto, agências de notícias internacionais informam que, segundo oficiais do organismo internacional, nenhum acordo final foi alcançado e que uma avaliação ainda estava sendo feita. O órgão oficial de Comunicação da AIEA também não divulgou nenhuma informação sobre o possível acordo.

O contencioso entre a Agência de Energia Atômica e o Brasil explica-se pelo fato de o governo brasileiro ter restringido as inspeções de técnicos, na tentativa de resguardar informações sobre a tecnologia empregada no processo de enriquecimento de urânio desenvolvido nacionalmente. Conforme informou o Ministério da Ciência e Tecnologia, “a transferência de conhecimento na área nuclear é praticamente nula, em função do grande potencial estratégico e econômico”.

O governo brasileiro declarou que o enriquecimento de urânio é feito para fins pacíficos, de forma a ser utilizado como fonte de energia, na medicina nuclear e irradiação de alimentos. Ressalta ainda que o desenvolvimento de energia nuclear para a construção de armas é vedado pela Constituição Brasileira.

O país, apesar de abrigar a sexta maior reserva de urânio do mundo e desenvolver a tecnologia de seu processamento desde 1980, ainda não possui autonomia na produção de energia nuclear oriunda do metal. Atualmente, o urânio extraído no Brasil é enviado ao Canadá para ser transformado em gás, e segue então para a Europa onde é enriquecido antes de retornar ao país. Com o funcionamento da Usina Nuclear de Resende, 60% do urânio enriquecido de que necessita o Brasil será produzido internamente.

Contudo, reportagens de jornais estadunidenses, como o Washington Post e o New York Times, publicadas a partir de dezembro de 2003, acabaram por acirrar o conflito entre Brasil e Estados Unidos no que tange o programa nuclear



em questão. Tais meios de comunicação afirmaram que o Brasil se negava a submeter a Usina Nuclear de Resende à inspeção da Agência de Energia Atômica. O fato incomodou as autoridades brasileiras, que trataram de responder às acusações afirmando estar em processo de negociação com a Agência a fim de estabelecer os parâmetros da inspeção, que apesar da necessidade de proteger a tecnologia adotada, permitam a visualização dos objetivos pacíficos do programa nuclear.

A posição do governo estadunidense é de condenação do desenvolvimento de programas nucleares em países emergentes, que no entanto, se reserva o direito de fazê-lo, inclusive para fins bélicos. Segundo analistas, tal posição adotada pelos Estados Unidos acaba por não permitir uma distinção clara entre os países que desenvolvem a tecnologia nuclear para fins pacíficos daqueles que visam a construção de armas, na medida em que equipara o tratamento dispensado ao Brasil com o Irã e a Coreia do Norte. E assim, a luta contra a proliferação nuclear bélica se torna mais difícil uma vez que não há um enfoque mais nítido naqueles países infratores, permitindo-os burlar os tratados internacionais e jogar com os inspetores, e conseqüentemente reduzir a efetividade de coerção.

Referência

[BBC NEWS](#)

[CNN](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Ministério da Ciência e Tecnologia](#)

[Portal Terra](#)

[The Brookings Institution](#)

Ver também:

28/09/2004 - [Negociações sobre a inspeção da AIEA no Brasil](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahredine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>